



ARTIGOS

“Branca É Lésbica E Preta É Sapatona Oh O Erro?!”:

Um Estudo Sobre Mulheres Negras Lésbicas E Sapatonas Em Um Bairro De Salvador/BA

Elaine Borges Sousa, *Universidade Federal do Recôncavo da Bahia*

Angela Figueiredo, *Universidade Federal do Recôncavo da Bahia*

Resumo: Este artigo é resultado de uma pesquisa monográfica em Ciências Sociais, onde o tema identidade surgiu, a partir da fala de uma das interlocutoras, como um dos debates centrais para compreendermos as vivências de lésbicas e sapatonas negras periféricas. Desse modo, o presente trabalho se dedica em analisar a construção de identidades e autoafirmação de mulheres negras sapatonas e lésbicas, a partir de suas experiências no bairro de Pernambués, localizado na cidade de Salvador - Bahia. Através de uma abordagem qualitativa, a pesquisa buscou compreender como a intersecção dos vários marcadores sociais, como o gênero, raça, classe, sexualidade e território, criam lugares sociais, classificações, hierarquias e vulnerabilidades específicas para mulheres negras lésbicas e/ou sapatonas. Nesse processo foi possível identificar narrativas relacionadas a experiência de violências interseccionais, mas também sobre processos de construção de uma identidade referida ao resgate da autoestima e a ressignificação.

PALAVRAS-CHAVE: Lesbianidade. Identidade. Sapatão. Interseccionalidade.



Introdução

Este artigo¹ resultou de algumas reflexões contidas no meu trabalho monográfico². Nele, o tema identidade surgiu a partir da fala de uma das interlocutoras do estudo, a qual constrói narrativas relacionadas a experiência de violências interseccionais, mas também sobre processos de construção de uma identidade referida ao resgate da autoestima e a ressignificação. Desse modo, o presente trabalho se dedica em analisar a construção de identidades e autoafirmação de mulheres negras sapatonas e lésbicas, a partir de suas experiências no bairro de Pernambués, localizado na cidade de Salvador - Bahia. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, combinando diferentes estratégias de produção de dados. A observação participante foi conduzida a partir de uma rede de amigas moradoras de Pernambués, mulheres negras, que se identificam tanto como sapatão quanto como lésbicas. As entrevistas tiveram um formato semiestruturado. As análises foram embasadas em aportes teóricos de lésbicas e feministas negras. Buscou-se compreender como a intersecção dos vários marcadores sociais, como o gênero, raça, classe, sexualidade e território, criam lugares sociais, classificações, hierarquias e vulnerabilidades específicas para mulheres negras lésbicas e/ou sapatonas.

Nossa organização social é hierárquica e tem como critérios as diferenças como forma de classificar e determinar quais são as sujeitas dotadas de direitos e quais não são. Isso faz com que sujeitas que não se enquadram no padrão normativo de gênero, raça, sexualidade, entre outras intersecções, sejam marginalizadas (SAUNDERS, 2017), pois vivemos em uma sociedade onde as características da cultura branca eurocêntrica, baseadas no homem branco heterossexual, cristão e burguês são os atributos avaliados como regra, fixando-se arbitrariamente no topo da pirâmide.

¹ Artigo recebeu Menção Honrosa no 1º Prêmio Lélia Gonzalez pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

² SOUSA, Elaine Borges. *“Não te criei para isso”*: vulnerabilidades e relação familiar de negras lésbicas e sapatonas. 2021. Monografia (graduação em Ciências Sociais) – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Cachoeira.



Esses atributos são vistos como normais e viram parâmetro para determinar quem é desviante, portanto, antinatural e abjeto. Desse modo, “ao estabelecer a diferenciação, ao produzir a diferença, produz-se também a dependência da identidade em relação à diferença, porque a diferença é parte constitutiva da identidade” (SOUZA, 2018, p. 195). Portanto, mesmo que uma pessoa, que não atende às expectativas da norma, seja ela sexual e/ou racial, não se entenda como parte de alguma identidade específica, sabe-se que, via de regra, sempre irão demarcar que ela não faz, nem poderá fazer, parte do grupo de sujeitas constituídas de poder.

Essa demarcação se torna ainda mais incisiva quando reconhecemos as diferenças e estabelecemos o enfrentamento às violências que advém daí. A demanda por uma identidade sexual, racial e de gênero tem se constituído de forma fundamental no contexto vigente e tem contribuído para a promoção de ações coletivas por direitos humanos. Dessa maneira, políticas que visem efetividade e justiça, devem olhar para a necessidade de cada indivíduo/grupo para através de ferramentas de equidade, promoverem a igualdade social. Pois, não lutamos para nos tornar homogêneas, e sim, para sermos iguais no acesso aos direitos, já que, “a questão não são as identidades e sim as desigualdades criadas, explicadas e naturalizadas nos contextos sociais nos quais estão inseridas” (SILVA, 2017, p. 120).

Para nós mulheres negras que nos relacionamos estritamente com mulheres, esses traços de diferenças se multiplicam, porque além de lésbicas e mulheres, carregamos também as características de nossa negritude. Como nos lembra Grada Kilomba (2010), por não sermos brancas nem homens, realizamos o papel do *Outro do Outro*. Entendo que quando somos lésbicas, por não sermos heterossexuais, nos tornam o *Outro do Outro do Outro*, ou como afirma Patricia Hill Collins (2000, p. 168 apud ALVES, 2019, p. 18), “como um campo específico da interseccionalidade, relações entre negras lésbicas constituem relações dentro do grau último de ‘outro’”.

Diante disso, se torna fundamental a discussão sobre identidades, principalmente quando vamos analisar as vivências de negras lésbicas e sapatonas, uma vez que esses processos trazem à tona as violências



decorrentes da combinação entre branquitude e “heterossexualidade compulsória” sobre os corpos das mulheres negras e com identidades de gênero e/ou sexualidades dissidentes. Essa combinação marginaliza suas vivências, gerando apagamentos e invisibilidades de suas histórias. Posto isso, foi possível identificar alguns desses aspectos nas vidas das interlocutoras desse estudo. É então a partir desses relatos que desenvolvo essa análise. Como aponta Angela Figueiredo (2020, p. 09), “a experiência pessoal, a experiência vivida e compartilhada é para nós, pesquisadores e pesquisadoras negras, uma evidência muito importante, já que é a base de nossa reflexão e teorização”. É a partir desse ponto de vista que passo a analisar esse material.

Conhecendo o Brejo: O Bairro e as Interlocutoras

Pernambués está localizado no miolo central da cidade de Salvador. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), a capital baiana é a quarta mais populosa do Brasil, com cerca de 2.675.656 habitantes e em 2020 com a estimativa de aproximadamente 2.886.698 habitantes, tendo Pernambués como um dos bairros mais populosos com 64.983 habitantes em 2010. Ao pesquisar sobre a localidade, tentei buscar dados mais recentes, visto que já faz dez anos desde o último Censo Demográfico do IBGE, porém não se encontram disponíveis nos sites oficiais. O bairro também é considerado um dos mais negros da cidade, com cerca de 27,77% de sua população autodeclaradas pretas e 54,69% autodeclaradas pardas (CONDER/INFORMS, 2016), isso quer dizer que Pernambués tem 82,46% de negros.

O local até a década de 1940 e 1950 fazia parte do Cabula, era uma enorme roça, sem água encanada, luz e nem transporte público. Era preciso caminhar até a parte urbanizada para conseguir acesso a outros lugares da cidade. A região era constituída por várias fazendas, dentre elas a fazenda de laranjas Santa Clara, que após seu fim, teve suas terras retomadas pelos quilombolas do Cabula, dando origem ao bairro de Pernambués, em 1956 (NUNES, 2016). Hoje, o bairro, que era uma antiga fazenda, é considerado um quilombo urbano, não formalmente certificado pela Fundação Palmares, mas reconhecido pela população mais antiga,



pelo modo de vida e a história do local, que é baseada numa organização africana (PERNAMBUEÉS, 2020).

A partir de 1970, o bairro começou a ter um desenvolvimento urbano. Foram feitas duas enormes construções na região: o Terminal Rodoviário Armando Viana de Castro, mais conhecido como Estação Rodoviária de Salvador, inaugurado em 1974, e o antigo Shopping Iguatemi Salvador, hoje chamado Shopping da Bahia, inaugurado em 1975.

Como parte desse processo, temos mais três construções recentes que acompanhei quando ainda morava em Pernambués. O primeiro foi o Salvador Shopping, inaugurado em 2007, a segunda construção foi o Shopping Bela vista, inaugurado em 2012, como parte do empreendimento imobiliário Horto Bela Vista, que foi planejado para a classe alta, onde encontra-se prédios residências, colégios, centro médico, clube, parques, no intuito de ser um bairro independente, que tenha o mínimo de contato com a dinâmica da cidade.

Construções de alto custo que visam a economia, beneficiando as classes média e alta ao redor e dentro do próprio bairro, mas que pouco mudam a realidade difícil em que vive a maioria das moradoras e moradores de classe baixa do local. A terceira grande obra ao redor do bairro, ainda mais recente do que as citadas anteriormente, foi a construção e instalação do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas, administrado pela empresa CCR Metrô Bahia.

No bairro existem associações de moradores e outros grupos, que realizam atividades através de projetos socioculturais, e lutam por melhorias, como por exemplo o Grupo Alerta de Pernambués (GAP), onde atua na transformação por meio da educação, da arte e da cultura. Um dos assuntos bastante discutido e que também foi pontuado pelas interlocutoras deste estudo, é a necessidade de aprimoramento da infraestrutura do bairro, que se apresenta com cenários diversos, tendo partes urbanizadas, mas também com muitas áreas com características rurais, ambos os espaços carecem de políticas habitacionais.

Em Pernambués existem também movimentos políticos, identitários e de ações afirmativas como por exemplo a Parada Gay de Pernambués, que teve sua primeira realização em 2012, pelo setorial GAP



e LGBT do Sindilimp. Com temas de resistência, o objetivo da festa é lutar “pelo fim da violência contra o LGBT e de extermínio da juventude negra”, como afirma o próprio cartaz da 3ª edição. As Paradas contam sempre com a presença de Léo Kret do Brasil, cantora, dançarina e atriz, eleita vereadora de Salvador entre os anos de 2009 a 2012, a primeira parlamentar trans do Brasil, como também com Tuka Perez, artista, coordenadora das paradas LGBTQI+ de Salvador e primeira assessora parlamentar trans da capital baiana, uma das principais organizadoras do evento. Ambas cresceram e ainda residem no bairro de Pernambués.

Uma das interlocutoras que ocupam lugar central neste estudo é Fernanda Gomes. Com 22 anos, na época da entrevista, já era graduada em licenciatura de Educação Física e exercia a função, além de ser também professora de inglês. Ela morava com a mãe e o pai em Pernambués, bairro no qual nasceu e reside até hoje.

Quando contei sobre minha pesquisa a ela, obtive um retorno positivo. Ela ressaltou a importância em falarmos sobre nossas vivências, ainda mais por fazermos parte de uma comunidade historicamente invisibilizada e marginalizada. Quero demarcar aqui a importância dela para este estudo e sua potência como resistência e referência para outras mulheres negras e lésbicas.

Com 23 anos de idade, Nathy Colcci é ariana, mãe e conhecida também como *Blogueirinha da Favela*. Com mais de 60 mil seguidores, ela utiliza as plataformas digitais *Instagram* e *Youtube* para divertir e informar a galera. Oriunda de uma família composta por duas irmãs e dois irmãos, sua mãe é dona de casa e criou ela e seus irmãos sozinha, condições essas parecidas a que experienciam muitas outras mulheres brasileiras. Seu progenitor, que é ex-policial, não mantém convívio próximo.

É com muito humor e resistência que a *Blogueira da Favela* de Pernambués rompe com os limites impostos por essa sociedade, estruturalmente racista, machista, lesbofóbica, e passa a ocupar lugares de visibilidade, o que sempre nos foi negado historicamente. Em suas redes sociais ela promove vídeos que falam sobre diversos assuntos, mostrando também seu cotidiano.



Diferente da cultura de blogueiras(os) da nova geração que tendem a fazer vídeos ostentando, ela apresenta para o mundo temas atuais e que estão no auge da internet, a partir de sua perspectiva enquanto mulher negra, lésbica, moradora de uma comunidade periférica, sem maquiar a realidade, porém de forma bem descontraída. Nathy utiliza o ciberespaço como ferramenta para romper com as barreiras do privado, e ao atingir o público ela também não se limita em deixar claro que sua existência naquele espaço é legítima, como qualquer outra.

Talita Moura, é mais uma de nossas entrevistadas. Ela tem 26 anos de idade, trabalha com telemarketing e joias e é jogadora de futebol. Meu vínculo com Talita é de parentesco, ela é minha prima, porém nunca tivemos tanta proximidade. Ela relata na entrevista, que se mudou de Pernambués com 7 anos de idade, após o término da relação de sua mãe e seu pai, retornando para o bairro já adulta quando passou a residir sozinha.

Talita é uma mulher negra, lésbica, que foge do “padrão ideal” de feminilidade que nos é imposto. Ela nos mostra, por meio de suas experiências e falas, como é mais que necessário que a sociedade supere os ideais antigos, que tanto nos oprimem. É dessa maneira que ela entende a importância desse estudo, e é dessa mesma forma que eu aponto sua contribuição como fundamental e potente, tanto aqui, quanto para transformações em todo o meio social.

Sapatonas E/Ou Lésbicas De Pernambués: Processos Identitários E De Autodefinição

É em diálogo com essas mulheres que analiso aqui alguns dos processos de entender-se negra lésbica e/ou sapatona. Até nos entendermos como lésbicas ou sapatão, passamos por processos longos, dolorosos, e muitas das vezes solitários, da construção de nossas identidades. Ela é articulada (interseccionada) junto a outras categorias de opressão, como raça, classe social e o território que fazemos parte, entre outras categorias, que tornam múltiplas as nossas jornadas de autoconhecimento, identificação e autodefinição. E se tratando de



mulheres negras autodeclaradas sapatonas ou lésbicas, é um percurso ainda mais complexo, primeiro porque:

Há uma ausência de referenciais positivos sobre si mesmas e uma ausência de significado para o que é ser uma lésbica, em cada uma das realidades em que a criança cresce e se forma, enquanto pessoa, cidadã e membra da comunidade e da família. (PERES et al., 2018, p. 31).

E depois:

Tal situação de isolamento, desamparo, desinformação e sistemáticas reprovações e retaliações, movidas por consecutivas tentativas de heterossexualização da lésbica, podem levar a uma condição de incapacidade de construção de uma autoestima positiva e estável. (PERES et al., 2018, p. 31).

Fernanda, que foi a primeira interlocutora entrevistada, conta que desde muito cedo já era óbvio para ela seu interesse por mulheres, mas assumir esse desejo, bem como a sua identidade sexual na época não era uma opção, já que ser heterossexual era constantemente cobrado pelo seu meio social de convívio.

Para ela, entender-se negra também não foi um processo fácil, muito menos rápido. Ela disse que passou a ter consciência de sua condição a partir da pré-adolescência, mesma época em que estava compreendendo a sua sexualidade. Ao deixá-la livre para falar como se deu esses processos, ela dedica-se primeiro a explicar como foi construída sua consciência racial.

Eu me considero negra, não tenho a pele escura do jeito que eu queria, mas... sou negra, negríssima. Então, quando é que eu tive consciência né, de que eu sou negra? Eu lembro, foi um processo bem demorado e longo, até porque eu sou filha de uma mulher branca com um homem negro e eu não sei na cor que, né, se espera, que o pessoal rotula como negra que é aquela cor forte, retinta bonita. Então eu tenho uma cor meio sei lá o que, mas que é negra. E demorou muito esse processo de eu me considerar negra porque, devido algumas experiências que eu tive no meio escolar, né?! Na rua, então, a galera caçoava muito de mim devido a minha cor. Então eu ficava naquele cá e lá, não me encaixava nem no negro e nem branco, eu ficava ali no meio, uma cor clarinha, mas que não pertencia a nenhum desses dois. [...] Então eu só tive essa desconstrução, tive esse entendimento já quando cheguei na minha, é pré-adolescência que fala né? Quando chega nos 13 anos em diante (Fernanda Gomes, 22 anos, negra, professora de educação física e inglês).

A narrativa sobre sua descoberta recorda o processo de embranquecimento da população negra no século XIX, onde através da mestiçagem entre negros e brancos e entre brancos e indígenas, buscava-se clarear gradualmente a população brasileira. Como bem afirma Neusa Santos Sousa (1983) entender-se negra não é algo óbvio, nem mesmo para



peças retintas, pois, até aquilo que é evidente, precisou passar por um processo de “descortinar muitos véus”. Há dentro desse percurso quem também se entenda diferente. Joyce Lopes, em seu texto “Quase negra tanto quanto quase branca”: autoetnografia de uma posicionalidade racial nos entremeios” (2017), nos fala um pouco sobre seu sentimento de não pertencimento a nenhuma das duas raças, assim como sua postura frente a isso.

Assim como Fernanda, Joyce é fruto de uma relação interracial e destaca no livro como foi seu percurso até se autoidentificar com uma das raças. Processo que surge principalmente de seu contato com o movimento negro, onde construiu uma posicionalidade de entender-se branca, embora suas características fenotípicas pudessem ser lidas ao contrário, como negra.

Assim, sou daquela/las da linha racial não nítida que, ousou dizer, assume sua raça/cor a partir que lhe é conveniente e estratégico, mas também conforme o processo de letramento racial³ em que, via de regra, as classificações sociorraciais existem antes mesmo da autoidentificação do sujeito.” (LOPES, 2017, p. 157).

Foi pensando em suas possibilidades de acesso a determinados espaços, comparadas as impossibilidades de negras e negros retintos fazerem o mesmo, que a autora toma essa decisão, que é, sobretudo política. Para Lopes (2017, p. 156), “sendo mestiça/o, os símbolos raciais serão sempre ‘um e outro’, o ‘mesmo e o diferente’, ‘nem um nem outro’, ‘ser e não ser’, ‘pertencer e não pertencer’”.

Kabengele Munanga, em seu texto *Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia* (2003), evidencia como os brancos se deram o direito de hierarquizar as raças. Segundo o autor, esse processo exigiu “uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais” (MUNANGA, 2003, p. 05). Dessa maneira, atribuíram através de um decreto coletivo suas características brancas diretamente a um

³ O *letramento racial* citado pela autora, é um conceito desenvolvido pela intelectual brasileira Aparecida de Jesus Ferreira, que visa uma (re)educação antirracista a partir do contato dos indivíduos a narrativas autobiográficas de experiências com a raça e o racismo. Para saber mais: FERREIRA, Aparecida de Jesus. *Letramento Racial Crítico Através de Narrativas Autobiográficas*. 2015.



padrão único de valor positivo, os mesmos seriam então “naturalmente” superiores.

Dito isso, diferente de Joyce Lopes, a interlocutora desse estudo compreende-se negra – como a mesma disse, “negríssima” -, já que, entendeu que sua cor de pele, embora não tão retinta, e seu fenótipo, não lhes conferem nenhum privilégio, dada a sua experiência constante com o racismo. Segundo Neusa Santos Sousa (1983, p. 17) “saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em sua perspectiva, submetidas a exigências, compelida a expectativas alienadas”.

Segundo Lélia Gonzalez (1984), no Brasil colônia eram chamadas de mucamas mulheres que tinham seus corpos violados e sua força de trabalho explorada de formas desumanas. Essas mulheres além do trabalho doméstico chegavam a fazer o papel de ama-de-leite dos filhos das senhoras brancas e por diversas vezes eram alvo dos estupros dos senhores. Após a abolição, o racismo continuou a renovar seus métodos fazendo com que elas continuassem a se sujeitar a funções subalternas de maneira aceitável, e logo a figura da Mucama divide-se em duas categorias, agora aceitáveis para a nova sociedade “liberta e democrática”: a Mulata e a Doméstica.

O termo mulata é utilizado pelos brancos como uma das formas de reafirmar a raça negra como objeto e através da negação ao crioulo, que se refere aos afrodescendentes. Ele surge como categoria de classificação no contexto da miscigenação, dentro da falsa democracia racial que visava ocultar as tensões raciais do Brasil. Mulata é também uma forma depreciativa, uma vez que a palavra deriva de mula⁴, uma referência a junção do homem branco e a mulher preta. A mulata só ganha visibilidade quando é hipersexualizada, já a doméstica permanece oculta sempre exercendo seu trabalho nos cômodos menos visitados da casa.

Patrícia Hill Collins, nos ajuda a pensar sobre as opressões contra as mulheres negras. Ela entende essas categorias como *imagens de controle*. Segundo a autora, elas surgem “na era da escravidão e ainda hoje aplicadas às mulheres negras atestam a dimensão ideológica da opressão”

⁴ Nome de um animal infértil, conseqüente da junção do cavalo com o burro, animais de espécies diferentes, que só servem para transportes de cargas.



(COLLINS, 2019, p. 35). Collins fala a partir do contexto estadunidense, mas é possível identificar que seu conceito é muito útil para analisarmos o contexto brasileiro e se aproxima do proposto por Lélia.

As *imagens de controle* são os estereótipos que cercam a existência de mulheres negras, um dos exemplos é a mulata, como já falamos acima. Collins, ao falar da dimensão ideológica, se refere ao conjunto de ideias que representa, ou como a mesma diz, “reflete os interesses de um grupo de pessoas” (COLLINS, 2019, p. 35), cuja intenção é justificar a opressão, a partir de “qualidades” atribuídas às mulheres negras. Essas imagens possuem uma historicidade específica naturalizando os corpos e a exclusão das mulheres negras. Esses processos de naturalização permeiam a cultura popular e a construção de políticas públicas, diria Collins (2019).

Segundo Collins (2019), “na cultura estadunidense as ideologias racistas e sexistas permeiam a estrutura social a tal ponto que se tornam hegemônicas, ou seja, são vistas como naturais, normais e inevitáveis” (p. 35). Aqui no Brasil não é diferente, por conta dessa naturalização equivocada, acontece a desintegração da identidade das mulheres negras, que por terem poucas referências positivas sobre si e para tentar fugir dos constantes ataques direcionados a seus corpos, buscam se encaixar em padrões que tornem suas experiências menos dramáticas. Mas a adequação não é uma tarefa fácil.

E eu passei por um processo muito difícil porque com esses ataques que eu tinha durante a escola, então eu queria muito ser branca, muito ser branca, muito ser branca, triste isso, mas eu queria ser branca. Inclusive eu ouvia umas coisas assim há de tomar quiboa e tal, de passar umas coisas que clareava mais a pele né pra eu poder me enquadrar no branco já que... na minha escola ser branco era o ideal, era o legal. (Fernanda Gomes, 22 anos, negra, professora de educação física e inglês).

Como podemos ver, ainda existem resquícios da tentativa de embranquecimento da população negra, que aconteceu no século XIX. Ainda hoje, nos sujeitam a intervenções racistas que nos matam diariamente. Como exemplo, voltamos à fala da própria interlocutora, que conta sobre ter sido instruída a beber Qboa (água sanitária), violência que parecem ser apenas simbólicas, mas que poderia levá-la a óbito, por intoxicação, sem ainda nem ter saído da infância direito.



A consciência de Fernanda, como mulher negra e sujeita política, surge principalmente, a partir do espaço escolar. Isso se deu, devido aos racismos disfarçados em brincadeiras que sofria dentro desse ambiente e, já na adolescência, a partir das poucas professoras negras, que não se limitavam aos conteúdos programáticos. Isso a possibilitou ter acesso a outros tipos de leituras que contribuíram para seu empoderamento e de outras alunas e alunos negros daquele espaço.

Mas é isso então, eu, esse meu despertar, essa minha... como é que eu posso dizer? Esse meu empoderamento de aceitação só veio na minha pré-adolescência, lá prós 13 em diante, que aí também eu já comecei a ler coisas diferentes, assuntos diferentes, com professores diferentes, porque a maioria dos meus professores eram brancos e eu só tive professor negro, eu posso contar de dedos eu só tive 3, uma professora de português maravilhosa; uma de história, maravilhosa e a outra era uma professora de geografia. [...] Era na verdade mais papo, conversa. Como eu falei, foi minha professora de história, ela conversava demais sobre coisas que fugiam do livro, né? Era uns papos assim diferenciados, então foi aí que você começa “ooh nem tudo que tá no livro é verdade, nem tudo que tá no livro é como tinha que ser dito”. Então foi a partir daí. (Fernanda Gomes, 22 anos, negra, professora de educação física e inglês).

Além dos aprendizados com as professoras citadas pela interlocutora, podemos analisar também esse processo por uma outra ótica. Nessa fase da vida, nossos corpos estão em constante mudança e para as meninas se inicia um processo de sexualização que incide sobre os corpos, principalmente nas jovens negras. Dessa forma, o olhar do outro sobre nós desperta a necessidade de um autoconhecimento.

Para as jovens negras esse é um processo muito doloroso, pois o racismo invisibiliza as referências positivas sobre a negritude, fazendo com que sintamos dificuldades de nos amar, logo negamos a nós mesmas. Diante disso, assumir e afirmar essa identidade, pode acontecer tardiamente. Como bem pondera Angela Figueiredo (2015) ao falar sobre seu processo de tornar-se negra: “no Brasil nascemos pardos. Na adolescência, com a transformação do corpo que categoriza essa fase, nos tornamos mulatas e, na fase adulta, nos tornamos negras, ou, melhor, eu me tornei negra.” (FIGUEIREDO, 2015, p.165).

Então, diante todo esse processo, quando a interlocutora fala “Eu me considero negra, não tenho a pele escura do jeito que eu queria, mas... sou negra, negríssima”, ela está fazendo o movimento de resgate de sua



autoestima, assumindo o controle de sua imagem. “Este discurso constitui, evidentemente, uma rejeição aos discursos constitutivos da mulata, [...] construindo, assim, a imagem de uma mulher negra orgulhosa de si e, portanto, valorizada.” (FIGUEIREDO, 2008, p. 243).

Esse processo de tomada de consciência racial só faz sentido associado à sua sexualidade lésbica, ou melhor sapatona, como se autodeclara. Afinal, somos atingidas pelas desigualdades estruturantes como resultado de raça, classe, gênero e sexualidade. A nossa subjetividade é constituída pelos intercruzamentos de múltiplas categorias de opressão, sem desassociação, já que não existe como separar nossas identidades. Como afirma Ariana Mara Silva (2017):

Nunca elas serão apenas mulheres ou apenas negras ou apenas lésbicas, pois nesse processo de construção coletiva de identidades as barreiras para manter os sujeitos e, especialmente, as sujeitas, em determinados contextos políticos, econômicos e culturais incidem com maior força nelas. (SILVA, 2017, p. 121).

Dito isto, no período da adolescência se inicia uma cobrança, ainda que indireta, para revelarmos nossos interesses sexuais. Seja pelas amiguinhas e amiguinhos, que já começam a falar constantemente em namoro; ou pelos familiares, que desde o nascimento já determinam que nessa fase de nossas vidas venhamos demonstrar desejos por homens, mesmo que digam que não possamos exercê-lo ainda.

Embora fosse evidente o seu interesse afetivo-sexual por mulheres, Fernanda conta que só teve consciência que poderia realmente exercer sua lesbianidade publicamente e tê-la como uma identidade positiva, quando passou a observar suas vizinhas de bairro, que também são negras lésbicas, conseguindo alcançar os objetivos de suas vidas. Antes disso, as circunstâncias diziam que era algo anormal, parecia errado, uma realidade condenada ao fracasso.

Tem umas vizinhas lá que é pioneira né?! Ah, foi meu molde assim de estampar, assim: “Aí quero ser sapatona, quero ser que nem Margarida e Ana⁵”. Elas têm mulher assim, todo mundo sabe, moram com elas e tal, e tipo, era como posso dizer assim?... A minha representatividade né? Da rua. tipo assim, “haa mas ser sapatão é normal, pode ter mulher, pode ter carro, pode trabalhar”, entendeu?! Porque estava lá o exemplo (Fernanda Gomes, 22 anos, negra, professora de educação física e inglês).

⁵ Nomes fictícios.



Para Talita, entender-se negra também aconteceu no ambiente escolar, embora não se recorde tanto sobre o processo: “O pouco que eu me lembro, foi na escola no ensino fundamental, não me recordo”. (Talita Moura, 26 anos, negra, telemarketing e vendedora de joias). Mas diferente da interlocutora anterior, a consciência de sua sexualidade veio à tona somente na fase adulta.

Lésbica, quando eu tinha 20 anos, e comecei a conhecer pessoas que também eram lésbicas e assim comecei a me identificar, e com o tempo entendi qual era a minha identidade sexual. (Talita Moura, 26 anos, negra, telemarketing e vendedora de jóias).

Podemos perceber que essas duas entrevistadas apontaram para a importância de referências positivas, ainda que tardias, sobre vivências lésbicas negras em suas vidas. A primeira interlocutora, Fernanda, ainda deixa evidente a necessidade de referências positivas de lésbicas e sapatonas negras.

Agora falarei de Nathy Colcci. A consciência de sua negritude era nítida desde muito nova, assim como sua condição enquanto moradora de uma região periférica, mas foi somente aos 13 anos de idade que descobriu sua lesbianidade. Ao perguntar sobre sua identidade racial, ela afirma que: “negra, na verdade nunca tive nenhuma dificuldade para saber qual cor eu sou, sempre me considerei negra”. (Nathy Colcci, 23 anos, negra, blogueira). E quando pergunto sobre sua identidade sexual e como foi o processo de descoberta, ela responde:

Lésbica, no tempo da escola, é uma história engraçada kkk, para ser real eu sempre fui muito extrovertida e eu vivia dizendo que gostava de pau. Aí, um belo dia minha melhor amiga me deu um beijo, daí tudo começou com 13 anos. (Nathy Colcci, 23 anos, negra, blogueira).

Nathy além de se identificar como negra e lésbica, demarca também o seu lugar de moradora de uma comunidade periférica. É assim que ela é conhecida publicamente, como *A Blogueirinha da Favela*. Portanto foi também acompanhando seus trabalhos nas redes sociais, que pude ter acesso às suas vivências. Eu sigo Nathy há muito tempo, e pude ver o seu percurso até se tornar uma *influencer*⁶.

⁶ Quem exerce influência sobre determinados grupos de pessoas que se identificam com seus conteúdos, compartilhados em plataformas digitais, como por exemplo, o *Youtube* e *Instagram*.



A blogueirinha da favela sempre demonstra como nem tudo é tristeza na favela, e como apontei ao apresentá-la, é de modo bem descontraído que ela nos entrega seus conteúdos, que falam sobre assuntos diversos e mostram também o seu cotidiano. Ainda assim, esse movimento que Nathy faz não é fácil. Ela está certíssima, nem tudo é infelicidade, mas a caminhada se torna mais difícil quando o tempo todo negam a nossa existência, como aconteceu com ela, que teve que resistir a diversos ataques, através de suas redes sociais, por conta de sua identidade negra e lésbica.

Em 14 de Maio de 2020, Nathy posta no seu *story*, e também no *feed* do seu *Instagram*, que foi vítima de racismo e lesbofobia ao tentar fechar parceria com uma loja de roupas infantis. Parceria essa, que ela entendeu como uma grande oportunidade, já que seu filho, um lindo fruto de sua relação lesbiana, estava para nascer, e quem sabe desse contato pudesse nascer também bons trabalhos.

A pessoa que cometeu o ato racista e lesbofóbica disse que “não achou o perfil dela agradável” e acrescentou “você também é negra e lésbica, não passa uma boa imagem para meus seguidores e seus pais, meus clientes”. Foi exatamente com essas palavras, sem nenhum pudor, sem nenhum medo. É claro que ela não saiu ilesa, mas também não recebeu punição judicial, só teve seu perfil no *Instagram* denunciado e excluído.

Nesses momentos Nathy pensou até em desistir de ser blogueira. E para ela que sempre está postando conteúdos de combate ao racismo, LGBTfobia, ao machismo e sexismo, entre outras coisas, foi muito difícil acreditar no que estava ocorrendo. Na postagem onde faz a denúncia ela diz:

[...] nunca imaginei q isso fosse acontecer cmg, real mesmo. A verdade é q não estamos imune a nada disso!! A CARNE NEGRA É A MAIS BARATA DO MERCADO, NÃO É MESMO? E AINDA POR CIMA SE NÃO FOR HETERO!”
(Nathy Colcci, 23 anos, negra, blogueira. Relato feito em uma publicação em sua página do Instagram @nathycolcci).

O fato relatado acima não só evidencia o quanto as estruturas de subordinação estão agindo constantemente, sem dissociação de nossas identidades, mas sobretudo demonstra que não estamos paradas e



passivas diante do sistema classificatório opressor. Assim como Nathy fez, e como nos ensinou Audre Lorde (2019), estamos rompendo com o silêncio e transformando-o em linguagem e ação.

Falei um pouco do processo de descoberta identitária das sapatonas do bairro de Pernambués, indicando como essas identidades configuram suas experiências de vida. Portanto, nesse percurso foi possível identificar as violências e invisibilidades interseccionais nas quais também somos submetidas. No entanto, como aponta Simone Souza (2018) ao falar sobre Clarke (1988), ser lésbica e sapatona não diz somente sobre uma postura política de enfrentamento, “mas também como uma relação de afeto, uma identificação de amor entre mulheres, como “uma série de variedades de relações sexuais/sentimentais com mulheres” e também uma autoidentificação” (p.192).

E falando em autoidentificação, um item que se destaca nas narrativas de minhas interlocutoras quando se referem às suas identidade sexuais é a diferença de sentido em torno das categorias “lésbica” e “sapatão”. Elas se identificam como lésbicas de um modo mais formal, e utilizam muito mais o termo sapatona, que embora não fique explícito através das falas que expus até aqui, se mostrou comum nas conversas informais.

Eu também me identifico dessas duas maneiras, mas foi só a partir do estudo que passei a me questionar o porquê. Isso chamou atenção para uma questão muito importante e que às vezes passa despercebido nos estudos sobre lesbianidades. A identidade de mulheres que se relacionam afetivo-sexualmente e estritamente com mulheres não são homogêneas e como afirma Simone Brandão (2018) estão em constante construção. Nós, mulheres negras lésbicas, somos diferentes de lésbicas brancas, assim como somos diferentes entre nós, o que nos aproximam são nossas experiências interligadas pelas mesmas estruturas.

A partir do processo identitário das interlocutoras, identificamos pelo menos cinco marcadores de opressão: a raça, o gênero, a classe social, a sexualidade e o território periférico do qual fazem parte. Dessa forma, “podemos, portanto, inferir que essas categorias de desigualdade são estruturais na construção de sua identidade que certamente sofreu várias subordinações ao longo de sua existência, por ser constituída por



categorias consideradas inferiores nas hierarquias de poder” (SOUZA, 2018, p. 182).

Durante a escrita da monografia, da qual derivou este artigo, participei de três cursos sobre lesbianidades e feminismos. Em um deles, mulheres negras sapatonas falaram que se identificam muito mais com a identidade sapatona, do que lésbica e reivindicaram que o termo sapatão diz respeito a vivências específicas de negras periféricas, principalmente as que constroem outras formas de feminilidade e rompem com o padrão lido como ideal do que é ser mulher. Apontam para o fato de que, embora mulheres brancas também façam o uso, se faz necessário tal referência, para que mais uma vez nossas histórias não fiquem invisibilizadas.

Essa ideia corrobora com a de uma das interlocutoras que diz: “Já começa assim né?! Que branca é lésbica e preta é sapatona, oh o erro?!” (Fernanda Gomes, 22 anos, negra, professora de educação física e inglês). A insatisfação da interlocutora, surge da comparação de sua experiência com a de lésbicas brancas, na qual ela nota que essas mulheres são mais bem aceitas, por conta de sua branquitude. Fernanda expõe que existe uma diferença entre essas duas identidades, a qual é informada por raça. A fala de Fernanda demarca as desigualdades raciais no tratamento recebido por lésbicas brancas e lésbicas negras, estas últimas entendidas por ela como sapatonas, posto que são atingidas de modo diferente por processos específicos de racialização.

Dessa forma, esta interlocutora indaga sobre a higienização que a palavra lésbica carrega, por ser utilizada para referenciar, em grande maioria, a experiência de mulheres brancas em detrimento ao uso da palavra “sapatão”, que por muitas vezes surge no contexto pejorativo como forma de desumanizar negras lésbicas.

Raila Alves (2019) ao realizar sua pesquisa sobre a construção da identidade de negras lésbicas e sapatonas e suas invisibilidades no âmbito dos movimentos sociais, também nos mostra como essa questão surgiu em seu estudo e faz uma importante análise sobre o assunto:

Conforme extraio das falas de algumas das mulheres com quem dialoguei, assim como de minhas próprias experiências enquanto sapatão, a palavra lésbica vem, muitas vezes, dotada de um tom higienizador, à medida em que nas representações socioculturais, a imagem da lésbica é frequentemente associada a uma mulher branca,



de classe alta, que se relaciona com mulheres, mas que também não é a sapatão. Ou seja, em resumo, no imaginário social, a figura da lésbica frequentemente associada a figura de mulher que, apesar de se relacionar com mulheres, não é tão “exagerada” quanto uma sapatão, não tenta ser “macho”. A palavra sapatão, por sua vez, além de estar carregada de símbolos identitários estruturais, tais quais raça, classe, é associada à expressão de gênero mais relacionada ao masculino e, por conseguinte, divergente do previsto pela binariedade compulsória (LACOMBE, 2006, p. 212). (ALVES, 2019, p. 17-18).

As colocações da interlocutora de minha pesquisa e das interlocutoras da pesquisa de Raila Alves, me lembraram a reflexão da escritora Gloria Anzaldúa, em seu texto “To(o) queer the writer – loca, escritora y chicana” (2009), que ao debater sobre identidades demonstra seu desconforto com o termo lésbica, uma vez que sua representação não contempla suas experiências, como a mesma diz: “Quando uma “lésbica” me nomeia o mesmo que ela, ela me subsume sob sua categoria. Eu sou de seu grupo mas não como uma igual, não como uma pessoa inteira – minha cor apagada, minha classe ignorada” (ANZALDUA, 2009, p. 01).

Em minha pesquisa, das três entrevistadas, somente uma, a Fernanda, verbalizou a crítica e demarcou sua identidade como um posicionamento político “como forma de (re)existência”, como bem nos lembra Simone Brandão (2018, p. 182), e eu corroboro com sua postura. As outras duas não deixaram explícito nas entrevistas quais suas opiniões, mas além de utilizar muito o termo sapatão, mostraram em conversas informais que suas vivências são bem diferentes de mulheres brancas, mesmo quando estas se relacionam também com mulheres, são de classe baixa, e fazem parte de uma comunidade periférica.

Considerações finais

Identidade é identificação e reconhecimento. Trata-se, portanto, de um processo de autoafirmação. Dessa forma, uma pessoa que se identifica como sapatão, está subvertendo a regra que coloca a sapatão como alguém negativa, feia, não em acordo com as normas, e sim como alguém afirmativa, que gosta de si mesmo e se afirma no mundo. Podemos entender então, que a escolha do uso do termo sapatão pode ser também “apenas uma escolha de existência que desconstrói as identidades de



gênero e sexual e suas hierarquias binárias, mas que também desorganiza a estrutura discursiva da heterossexualidade compulsória” (SOUZA, 2018, p. 182). Sendo assim, sapatão é uma palavra, que era — e ainda é — bastante utilizada para discriminar e humilhar, principalmente mulheres negras e periféricas que se relacionam estritamente com mulheres, no qual ressignificado por nós, se torna uma palavra potencializadora de nossas experiências.

Embora o termo a princípio tenha sido classificado como pejorativo, assumi-lo como identidade é um movimento ousado, subverte e bagunça a ordem dominante. Essa postura me recorda o que diz Neusa Santos Sousa (1983), ao falar sobre a identidade negra, e que utilizarei aqui para falar sobre ser sapatona negra, apropriar-se desse termo “é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história, e recriar-se em suas potencialidades” (SOUSA, 1983, p.18).

Referências

ALVES, Raíla de Melo. *Negras e Sapatões: uma análise sobre elaborações de identidades nos movimentos lésbico e racial no distrito federal*. 2019. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Departamento de Estudos Latino-Americanos – Ela. Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados Sobre As Américas, Universidade de Brasília – Unb. Instituto de Ciências Sociais – Ics., Brasília-Df, 2019.

ANZALDUA. Gloria. *Queer(izar) a escritora – Loca, escritora y chicana*. Tradução de Tatiana Nascimento (Título Original: To(o) queer the writer - loca, escritora y chicana). In: KEATING, Ana Louise (Ed.) *The Gloriza Anzaldua Reader*. p. 163-175. Durham: Duke University Press, 2009.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro*. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONDER/INFORMS. (org.). *Painel de informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro/sistema de informações geográficas urbanas do Estado da Bahia*. 5. ed. Salvador: Informs, 2016.



FIGUEIREDO, Angela. Carta de uma ex-mulata à Judith Butler. *Periódicos*, Salvador, v. 1, n. 3, p. 152-169, maio/outubro 2015.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. *Tempo e Argumento*, Florianópolis., v. 12, n. 29, p. 1-24, jan/abril. 2020.

FIGUEIREDO, Angela. Gênero: dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio (Orgs.). *Raça: novas perspectivas antropológicas* [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. pp. 237-255.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*. Anpocs, [s. l], p. 223-244, 1984.

KILOMBA, Grada. *Plantation Memories: episodes of everyday racism*. Münster: Unrast Verlag, 2010. 151 p.

LOPES, Joyce Souza. “Quase negra tanto quanto quase branca”: autoetnografia de uma posicionalidade racial nos entremeios. In: MULLER, Tânia; CARDOSO, Lourenço (org.). *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no brasil*. Curitiba: Appris, 2017. p. 1-335.

LORDE, Audre. A transformação do silêncio em linguagem e em ação. In: *Audre Lorde, Irmã Outsider*. Ensaio e Conferências, Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2019. Tradução: Stephanie Borges. Título original: *Sister Outsider*, 1978.

MUNANGA, Kabengele. Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, maio 2003.

NUNES, Davi. Bairro Pernambués:: território fundado pelos quilombolas do cabula. território fundado pelos quilombolas do Cabula. 2016. Disponível em: <https://ungareia.wordpress.com/2016/06/19/bairro-pernambues-territorio-fundado-pelos-quilombolas-do-cabula/>. Acesso em: 29 abr. 2022.

PERES, Milena Cristina Carneiro et al. Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.



PERNAMBUEÍS - Quilombo Urbano. Roteiro: Lúcio Lima. Salvador: Canudos Filmes, 2020. Son., color.

SAUNDERS, Tanya L. Epistemologia Negra Sapatão Como Vetor De Uma Práxis Humana Libertária. *Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 7, p. 102-116, maio/outubro 2017.

SILVA, Ariana Mara. Lésbicas negras, identidades interseccionais. *Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 7, p. 117-133, maio/outubro 2017.

SOUSA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1983.

SOUZA, Simone Brandão. *LÉSBICAS, ENTENDIDAS, MULHERES VIADOS, LADIES*: as várias identidades sexuais e de gênero que reiteram e subvertem a heteronorma em uma unidade prisional feminina da Bahia. 2018. 308 f. Tese (Doutorado) - Curso de Cultura e Sociedade, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Milton Santos, Salvador, 2018.

“Lesbians Are White And Dykes Are Black, What A Mistake?!”: A Study On Black Lesbians And Dykes In A Neighborhood Of Salvador/BA

ABSTRACT: This paper is derivarated from a monograph in Social Sciences, in wich the theme identity emerged from the one of the interlocutor’s speech, as one of the central debates to understand the experiences of black lesbians and dykes that live on the outskirts. The aim is to analyze the construction of identities and self-affirmation of black lesbian women and dykes, from their experiences in the neighborhood of Pernambués, located in the city of Salvador - Bahia. Through a qualitative approach, the research sought to understand the intersection of social markers, such as gender, race, class, sexuality and territory, designating social places, classifications, hierarchies and specific vulnerabilities of black lesbian women and/or dykes. In this process, it was possible to identify narratives related to the experience of intersectional violence, but also about the processes of building an identity referenced on the rescue of self-esteem and resignification.

KEYWORDS: Lesbianity. Identity. Dyke. Intersectionality.

Elaine Borges Sousa

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Sapatona, Cientista Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento (PPGCS/UFRB), integrante do grupo de pesquisa Laboratório de Estudos e Pesquisas em Lesbianidade, Gênero, Raça e Sexualidade (LES) e integrante do Coletivo Angela Davis - Grupo de Pesquisa

Ativista em Gênero, Raça e Subalternidades.

E-mail: elaineborges92@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6377-9985>

Angela Figueiredo

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) e Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Gênero, Raça e Subalternidade (Coletivo Angela Davis) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

E-mail: angela39@gmail.com

Recebido em: 01/11/2022

Aprovado em: 08/12/2022